



Genco Securitizadora S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2025
Com o relatório dos auditores independentes

GENCO SECURITIZADORA S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado.....	8
Demonstração dos resultados abrangentes.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa.....	11
Demonstração do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

**Administradores e Acionistas da
GENCO SECURITIZADORA S.A.**

Barueri- SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Genco Securitizadora S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Genco Securitizadora S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Principais assuntos de auditoria

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, razão pela qual, não possui movimentação de serviços oferecidos ao mercado, por este motivo, não relacionamos outros “principais assuntos de auditoria” que julgássemos necessário o destaque em nosso relatório.

Aquisição de Direitos Creditórios

Porque é um PAA:

A Companhia adquiriu créditos representados por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) mediante Termo de Transferência. Conforme a Cláusula 2ª e 3ª do instrumento, a transferência da titularidade é condicionada ao pagamento do Preço de Aquisição e formalizada via endosso em preto. Dada a relevância desses ativos no balanço e a natureza condicional da transferência, consideramos o reconhecimento desses créditos como um ponto principal de auditoria.

Como o assunto foi endereçado na auditoria:

1. **Exame de Controles:** Avaliamos o desenho e a eficácia operacional dos controles internos relativos à conferência de lastro e liquidação financeira das aquisições.
2. **Teste de Documentação (Substantivo):** comprovação do pagamento do Preço de Aquisição (extratos bancários);
3. **Teste de Cut-off:** Verificamos se havia ativos cujos pagamentos ocorreram próximos ao fechamento do exercício.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações financeiras e o Relatório do Auditor.

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a Declaração da diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o Relatório da Administração e a Declaração da diretoria, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e a Declaração da diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e na Declaração da diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 30 de abril de 2026.

Crowe Consult Auditores e Consultores Associados

CRC RS-009034/O

CVM 13.471



João Henrique Sperling Lubisco

Contador – CRC-RS067.188/O

Genco Securitizadora S.A.

Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em Reais – R\$

<u>Ativo</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Passivo</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	82.934	3.845	Fornecedores	6	23.700	15.036
Clientes	4	1.718.822	0	Obrigações tributárias	7	1.062	985
Tributos a recuperar	5	88	87	Contas a pagar	8	674.262	350.416
Total do circulante		1.801.844	3.932	Obrigações com debenturistas	9	1.814.109	0
				Total do circulante		2.513.133	366.437
				Patrimônio Líquido			
				Capital social	10	91.547	91.547
				Prejuízos acumulados	11	(802.836)	(454.052)
				Total do patrimônio líquido		(711.289)	(362.505)
Total do ativo		1.801.844	3.932	Total do passivo		1.801.844	3.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Genco Securitizadora S.A.

Demonstração do resultado do exercício
em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Reais – R\$

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita Operacional Líquida		-	-
Despesas Operacionais		(331.379)	(250.304)
Administrativas	12	(347.838)	(250.304)
Outras receitas e despesas	13	16.459	
Resultado Operacional antes do resultado financeiro		(331.379)	(250.304)
Resultado Financeiro	14	(17.405)	(3.117)
Resultado do exercício		<u>(348.784)</u>	<u>(253.421)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Genco Securitizadora S.A.

Demonstração do resultado abrangente

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em Reais – R\$

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado do exercício		(348.784)	(253.421)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		<u>(348.784)</u>	<u>(253.421)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Genco Securitizadora S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em Reais – R\$

	Capital social	Capital a integralizar	(-) Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2023	1.500.000	(1.408.453)	(200.631)	(109.084)
Resultado do exercício	-	-	(253.421)	(253.421)
Em 31 de dezembro de 2024	1.500.000	(1.408.453)	(454.052)	(362.505)
Resultado do exercício	-	-	(348.784)	(348.784)
Em 31 de dezembro de 2025	1.500.000	(1.408.453)	(802.836)	(711.289)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Genco Securitizadora S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa (Método indireto)

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em Reais – R\$

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Atividades operacionais		
Resultado do período	(348.784)	(253.421)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO ANTES DAS MUDANÇAS NO CAPITAL DE GIRO	(348.784)	(253.421)
(Aumento) Redução em outros créditos	(1)	(8)
(Aumento) Redução em clientes	(1.718.822)	0
Aumento (Redução) em fornecedores	8.664	14.987
Aumento (Redução) em obrigações tributárias	77	985
Aumento (Redução) em outras contas a pagar	323.846	235.742
Aumento (Redução) em obrigações com debenturistas	1.814.109	0
CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES	79.089	(1.715)
FLUXO DE CAIXA ANTES DOS ITENS EXTRAORDINÁRIOS	79.089	(1.715)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	79.089	(1.715)
Variação líquida nas disponibilidades	79.089	(1.715)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	3.845	5.560
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	92.934	3.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Genco Securitizadora S.A.

Demonstração do valor adicionado
em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Reais – R\$

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
1 - Receitas		
Outras receitas	16.459	-
2 – Insumos adquiridos de terceiros		
Outras despesas	346.848	248.688
3 - Valor adicionado bruto (1 – 2)	(330.389)	(248.688)
4 - Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	873	135
Valor adicionado total a distribuir (3 + 4)	(329.516)	(248.553)
5 - Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	990	1.616
Despesas financeiras	18.278	3.252
Prejuízo do período	(348.784)	(253.421)
Valor adicionado distribuído	(329.516)	(248.553)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

01.1 – Informações Gerais

A Genco Securitizadora de Crédito Financeiros S.A, estabelecida na Rua Furriel Luiz Antônio de Vargas, nº 250, sala 1.301, Mont Serrat, Porto Alegre/RS, CEP 90450-014, constituída sob a forma de Sociedade Anônima, iniciou suas atividades no dia 18 de dezembro de 2020.

Em dezembro de 2025 a empresa iniciou suas operações de securitização após o registro do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples.

Possui objeto social de:

I – Aquisição de securitização de crédito;

II – Emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de quaisquer títulos de créditos ou valor mobiliário compatível com suas atividades;

III – Realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos;

IV – Aquisição e securitização de direitos creditórios hipotecários, imobiliários e do agronegócio;

V – Consultoria de Investimentos em fundos de investimentos que tenham como objetivo a aquisição de créditos e direitos creditórios do agronegócio;

VI – Realização de quaisquer atividades compatíveis com seu objeto, relativamente a tais direitos creditórios, aí incluídas, sem limitação, a administração, alienação e a recuperação dos direitos creditórios adquiridos, bem como gestão do risco relativo aos direitos creditórios por ela adquiridos.

NOTA 02 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

02.1 – Base de apresentação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), e com as alterações posteriores (Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009) e Resolução nº 2.686 do Conselho Monetário Nacional, de 26 de janeiro 2000. Lei 9.514/97 e Lei 11.076/2004, pela regulamentação aplicável emenda da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e suas eventuais alterações, bem como pelas demais legislações e regulamentações aplicáveis às sociedades anônimas abertas.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 30/04/2026.

02.2 – Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da empresa.

02.3 – Apuração do resultado

As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência.

02.4 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas correntes bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado sendo demonstradas pelo custo acrescido de juros auferidos.

02.5 – Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, acrescido de encargos, quando inclusos nas notas fiscais e tem seus vencimentos nos 12 meses subsequentes a data do encerramento das demonstrações financeiras.

02.6 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

02.7 – Tributação

A empresa é tributada pelo Lucro Real, às alíquotas de 15% e 9% de Imposto de Renda e a Contribuição sobre o Lucro respectivamente.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos	0	1
Aplicações financeiras	82.934	3.844
	<u>82.934</u>	<u>3.845</u>

4 Clientes

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
(-) Receita a apropriar	(49.155.803)	0
Vongole Fundo de Investimentos em Direitos Creditorios	50.874.625	0
	<u>1.718.822</u>	<u>0</u>

Genco Securitizadora S.A.

Notas Explicativas das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em Reais – R\$

A Companhia adquiriu, no exercício de 2025, uma carteira de direitos creditórios com valor nominal de face de R\$ 50.874.625. A aquisição foi realizada com um deságio substancial, refletindo as características de risco e o prazo estimado de recuperação dos ativos.

Os direitos são registrados pelo seu valor nominal. A diferença entre o valor nominal e o custo efetivo de aquisição é registrada na conta redutora "Receita a Apropriar".

5 Tributos a recuperar

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRPJ a recuperar	88	87
	<u>88</u>	<u>87</u>

6 Fornecedores

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
RBM Web - Sistemas Inteligentes Ltda.	16.200	15.036
Oliveira e Silva Consultoria Especializada Ltda	7.500	0
	<u>23.700</u>	<u>15.036</u>

7 Obrigações tributárias

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Tributos federais a recolher	1.062	985
	<u>1.062</u>	<u>985</u>

8 Contas a pagar

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Eagle - Gestão de negócio EIRELI	674.262	333.957
Futuro - Previdência privada	0	16.459
	<u>674.262</u>	<u>350.416</u>

9 Obrigações com debenturistas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Debenturista - Eagle Instituição de Pagamento Ltda	1.800.000	0
Rendimento debenturista - Eagle Instituição de Pagamento Ltda	<u>14.109</u>	<u>0</u>
	<u>1.814.109</u>	<u>0</u>

Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30/10/2025, foi autorizada a emissão de debêntures simples, série única, no montante total de até R\$ 10.000.000 (dez milhões).

Até a presente data, foram subscritas e integralizadas debêntures no montante de R\$ 1.800.000. O saldo remanescente de R\$ 8.200.000 da emissão autorizada permanece disponível para futuras subscrições.

As debêntures terão remuneração equivalentes a CDI + 4% ao ano.

10 Capital social

O capital social da empresa está representado por R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) dividido em 1.500.000 cotas de R\$ 1,00 (um real cada), sendo integralizados R\$ R\$ 91.546,99 (noventa e um mil, quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos) e o restante a ser integralizado, em moeda corrente nacional.

11 Prejuízos acumulados

A empresa apresenta nesta conta em 31.12.2025 um valor de R\$ 802.836 (Oitocentos e dois mil e oitocentos e trinta e seis reais).

12 Despesas operacionais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas com honorários	(227.561)	(232.972)
Despesas gerais	(119.287)	(15.716)
Outros impostos e taxas	<u>(990)</u>	<u>(1.616)</u>
	<u>(347.838)</u>	<u>(250.304)</u>

Genco Securitizadora S.A.

Notas Explicativas das demonstrações financeiras dos exercícios findos em

31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em Reais – R\$

13 Outras Receitas e Despesas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Outras Despesas e Receitas	16.459	0
	<u>16.459</u>	<u>0</u>

14 Resultado financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita aplicações financeiras	593	135
Descontos obtidos	280	0
Juros pagos	0	(61)
IOF	(9)	0
Juros - Variação debentures	(14.109)	0
Despesas de cobrança	(4.160)	(3.191)
	<u>(17.405)</u>	<u>(3.117)</u>

15 Gestão de Risco e Instrumentos Financeiros

15.1 Fatores de Risco

A administração tem total responsabilidade pelo estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos, observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas realizadas pela Instituição.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Instituição.

Essa política trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades da Instituição.

15.2 Gestão de Capital

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição.

Visando o atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017 do Banco Central do Brasil, a Instituição adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um

conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos, de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos.

15.3 Risco de Liquidez

Define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente com suas obrigações esperadas e inesperadas, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela área de Gestão de Riscos, por meio do monitoramento diário do limite de caixa disponível. Na gestão de seu risco de liquidez, a Instituição busca manter disponibilidades suficientes para uma boa gestão e enfrentamento de situações de estresse.

15.4 Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência em relação às operações. A Instituição atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras, o que permite a manutenção de níveis baixos de exposição em relação ao risco de mercado e está apta a atender às exigências da Resolução CMN nº 4.557/2017.

15.5 Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O gerenciamento do risco operacional é efetuado pela área de Gestão de Riscos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017. A Instituição possui política e procedimentos que visam o monitoramento, a identificação e a gestão de risco de forma integrada, busca constante por melhoria na eficiência e eficácia dos processos e respectivos controles, reporte de informações tempestivas à alta Administração.

Geliniberti Fernandes De Aguiar
CPF 370.310.077-04
Presidente

Carlos Gobert de Oliveira
CRC/RS 043.049/O-9
Contador